

Recebimento: 22/01/2020

Aceite: 23/03/2020

POBREZA, SEGURANÇA ALIMENTAR E AUTOCONSUMO NA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) CHICO MENDES

POVERTY, FOOD SECURITY AND SELF-CONSUMPTION IN THE EXTRATIVIST RESERVE (RESEX) CHICO MENDES

Pedro Gilberto Cavalcante Filho¹
Raimundo Claudio Gomes Maciel²
Oleides Francisca de Oliveira³
Wiulien do Santos Araújo⁴

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de avaliar a condição de segurança alimentar e de autoconsumo das famílias assentadas na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes nas últimas duas décadas. Especificamente, busca-se identificar os níveis de pobreza e de distribuição de renda e suas relações com a segurança alimentar e o autoconsumo. Trabalha-se com a metodologia do Projeto de Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF), capitaneado na Universidade Federal do Acre (UFAC), que desenvolveu indicadores e índices de resultados econômicos que traduzem a realidade dos pequenos produtores rurais. Além disso, estimou-se o índice de Gini, que é comumente utilizado para medir o nível de desigualdade de renda. Os resultados indicam que, mesmo após 20 anos de implementação da RESEX Chico Mendes, ainda se encontram altos níveis de insegurança alimentar, resultado da elevação da dependência de bens adquiridos no mercado e, especialmente, pela redução do nível de autoconsumo. Além disso, constatou-se a manutenção da desigualdade de renda entre as famílias assentadas e o aumento dos níveis de pobreza e de extrema pobreza no período recente, o que denota a necessidade urgente da elaboração de uma agenda que reformule políticas já implementadas e a formulação de novas medidas para garantir a segurança alimentar.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Autoconsumo. RESEX Chico Mendes. Pobreza. Amazônia.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), Campinas – SP, Brasil. E-mail: pedro.gilberto@hotmail.com

² Doutor em Economia Aplicada (IE/UNICAMP), Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco – AC, Brasil. E-mail: rsgmaciel@ufac.br

³ Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC), Professora do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco – AC, Brasil. E-mail: oleides@yahoo.com.br

⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco – AC, Brasil. E-mail: wiulien_@hotmail.com

Abstract

This paper aims to evaluate the food security and self-consumption condition of families settled in the Chico Mendes Extractive Reserve (RESEX) in the last two decades. Specifically, we seek to identify poverty levels and income distribution and their relationship with food security and self-consumption. We work with the methodology of the Project of Socioeconomic Analysis of Basic Rural Family Production Systems of the State of Acre (ASPF), led by the Federal University of Acre (UFAC), which developed indicators and indexes of economic results that reflect the reality of small farmers. In addition, we estimated the Gini index, which is commonly used to measure the level of income inequality. The results indicate that even after 20 years of implementation of RESEX Chico Mendes, there are still high levels of food insecurity, resulting from the increased dependence on purchased goods in the market and, especially, the reduction in the level of self-consumption. In addition, it was found that the maintenance of income inequality among settled families and the increase of poverty and extreme poverty levels in the recent period, which underscores the urgent need to elaborate an agenda that reformulates policies already implemented and the formulation of new measures to ensure food safety.

Keywords: Food security. Self-consumption. RESEX Chico Mendes. Poverty. Amazon Region.

Introdução

O relatório Objetivos do Desenvolvimento do Milênio 2013, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), traz como ação inicial a erradicação da extrema pobreza e da fome, que, segundo o relatório, a nível mundial, já chegou, a meta de redução da extrema pobreza, à metade do nível registrado em 1990, cinco anos antes do estabelecido. Entretanto, mesmo com a considerável redução da parcela da população considerada extremamente pobre – 47% para 22% –, mais de 1,2 bilhão de pessoas ainda se encontra na condição de extrema pobreza. As estatísticas mostram ainda que, a cada oito indivíduos, pelo menos um não tem acesso regular à quantidade adequada de alimentos para atender suas necessidades energéticas (IPEA, 2014).

No Brasil, a conjuntura é marcada pela consolidação e institucionalização de políticas públicas exitosas no combate à fome e de realização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), orientada pelo princípio da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A redução da pobreza e da fome no país ocorreu pelo compromisso político do Governo Federal durante a década anterior, resultado de uma estratégia intersetorial e participativa, e financiada pelos investimentos públicos. Assim, o Brasil cumpriu e superou os Objetivos do Milênio no tocante à redução da pobreza e da fome (FAO, 2014).

No entanto, a garantia efetiva da segurança alimentar depende de fatores como a quantidade, a qualidade e, principalmente, o acesso a uma alimentação adequada, que pode ser viabilizada por meio de planejamento e de políticas públicas implementadas pelo Governo. No tocante ao acesso de alimentos, este pode ser garantido – total ou parcialmente – pela produção realizada para o próprio consumo (autoconsumo), modelo de produção muito presente na agricultura familiar (DOMBEK, 2006).

Para tanto, o autoconsumo continua como uma estratégia constante e fundamental entre os agricultores familiares para garantir a reprodução social desse tipo de unidade de produção. Essa modalidade de produção é uma forma de organizar a atividade produtiva e reflete uma característica cultural e uma das fortalezas desses agricultores, uma vez que é fonte de renda não monetária primordial para auxiliar efetivamente na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e, conseqüentemente, na erradicação da pobreza rural (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

A questão de segurança alimentar e do autoconsumo, especialmente da população rural, passa por outras dimensões que não podem ser dissociadas, como a política de reforma agrária a partir da criação de assentamentos rurais, que têm por objetivo principal promover a distribuição de terras no campo e integrar a agricultura familiar a diferentes sistemas produtivos agrícolas e extrativistas, possibilitando a reprodução social dessa população por meio da geração de renda e da produção para o autoconsumo.

Assim, no início da década de 1990, foram criadas as Reservas Extrativistas (RESEX) na categoria de Unidades de Conservação (UC), que surgem como uma política ambiental e fundiária, considerado um modelo de reforma agrária na floresta e de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, buscando a reprodução social da comunidade extrativista, que, ao longo do tempo, também está encontrando dificuldades para garantir a segurança alimentar.

O objetivo do presente trabalho é avaliar a relação entre a pobreza, a segurança alimentar e o autoconsumo das famílias assentadas na RESEX Chico Mendes, situada no Estado do Acre, considerando o período das últimas duas décadas. Especificamente, busca-se identificar as condições de pobreza e de distribuição de renda e verificar os níveis de segurança alimentar e de autoconsumo em termos monetários.

Este estudo se justifica pela necessidade de monitoramentos e de avaliações efetivas que possam auxiliar no desenvolvimento e na consolidação das RESEX, buscando subsidiar tanto as políticas públicas voltadas para o setor quanto a própria comunidade, notadamente em relação às questões de segurança alimentar e de autoconsumo.

Segurança Alimentar

A expressão segurança alimentar começou a ser utilizada durante a Primeira Guerra Mundial. Um grande quantitativo populacional vivia em condições de vulnerabilidade em virtude da escassez de alimentos. Os países ricos eram predominantes sobre os países pobres, de forma que os países subdesenvolvidos tivessem uma grande dependência de alimentos (DEVES; FILIPPI, 2008, *apud* LOIOLA; MACIEL, 2015).

Uma população em situação de segurança alimentar significa que todas as pessoas têm acesso, constantemente, à quantidade suficiente de alimentos que garantam uma vida ativa e saudável. Nas economias mercantis, como a brasileira, o acesso diário aos alimentos é resultado de a pessoa ter poder aquisitivo, ou seja, ter renda para adquirir alimentos. Portanto, dispor de renda se traduz na situação de segurança alimentar, porém uma parcela considerável da população brasileira ainda não tem rendimentos suficientes para sair da situação de insegurança alimentar (HOFFMANN, 1995).

Uma definição bastante utilizada, que remete à Cúpula Mundial da Alimentação, ocorrida em 1996, diz que a segurança alimentar ocorre quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico a alimentos seguros e nutritivos, em quantidades suficientes de forma a atenderem suas necessidades alimentares, proporcionando uma vida ativa e saudável. A segurança alimentar, frequentemente empregada no discurso do desenvolvimento, ressalta mais a quantidade de alimentos do que a qualidade dos mesmos (SMITH *et al*, 2013).

De acordo com Dombek (2006), a segurança alimentar pode ser colocada como eixo estratégico de desenvolvimento, uma vez que: i) uma boa alimentação é condição básica para a existência; ii) produção, distribuição e consumo de alimentos têm papel central em questões sociais, econômicas e culturais; iii) a questão da alimentação é considerada fonte de preocupação, mobilização social e políticas públicas.

No Brasil, o “Governo Paralelo⁵” elaborou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, divulgada em 1991. Em 1993, foi aceita pelo Governo do Presidente Itamar Franco, sendo base para a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), contribuindo para a introdução dos temas agroalimentar e da fome na agenda política nacional. Dessa maneira, a segurança alimentar passou a ser um “objetivo estratégico de governo”, sendo base para as políticas agrárias, políticas voltadas para a produção agrícola, comercialização, para a distribuição e para o consumo de alimentos, com uma concepção de descentralização e de diferenciação regional (MALUF *et al*, 1996).

São objetivos da segurança alimentar: i) ações de caráter assistenciais-compensatórios frente à fome com políticas que visem assegurar o acesso aos alimentos de forma que não haja o comprometimento de parte significativa da renda familiar; ii) a disponibilidade de alimentos de qualidade; iii) a divulgação de informações para o consumidor sobre práticas alimentares consideradas saudáveis, além de informações a respeito de possíveis riscos à saúde, mediados pelo alimento (MALUF *et al*, 1996).

Segundo o relatório de 2014 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganhou impulso no Brasil

⁵ Iniciativa do Partido dos Trabalhadores, no ano de 1990, cujo objetivo era gerar propostas alternativas para o governo.

a partir de marcos legais, como a promulgação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, em 2006.

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (LOSAN, 2006, *apud* FAO, 2014, p. 16).

Outro marco importante foi a incorporação do direito humano à alimentação adequada na Constituição Federal, em 2010, e a institucionalização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2011, que incorpora mais de 40 programas e ações (FAO, 2014)

Segundo Gross *et al.* (2000), há um esquema adotado na esfera internacional, que aponta quatro dimensões da segurança alimentar e nutricional: i) disponibilidade do alimento; ii) acesso ao alimento; iii) utilização dos alimentos e dos nutrientes; iv) a estabilidade.

No Brasil, o Sistema de Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional aproxima-se dessas quatro dimensões. Segundo a FAO (2014), o sistema se baseia em seis dimensões (Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, art. 21, parágrafo 5). As dimensões são: i) produção de alimentos; ii) disponibilidade de alimentos; iii) renda; iv) acesso a serviços de saúde; vi) educação.

Segundo Tschardtke *et al.* (2012), é necessário que as políticas de segurança alimentar sejam aplicadas onde vivem os famintos. Grande parte das pessoas pobres vive em áreas rurais com pouco ou nenhum acesso a terras agrícolas produtivas. Assim, a fome pode ser associada ao tamanho das terras: cerca de 90% dos agricultores em todo o mundo cultivam em áreas menores que 2 hectares. Aproximadamente 80% dos famintos vivem em países subdesenvolvidos, com metade deles sendo pequenos proprietários rurais (WORLD BANK, 2007, *apud* TSCHARNTKE *et al.*, 2012, p. 54). Assim, os pequenos agricultores devem ser considerados a base da segurança alimentar global.

Autoconsumo e Reprodução Social da Agricultura Familiar

A produção para o autoconsumo, durante muito tempo, foi duramente criticada entre os estudiosos da temática sobre a produção agroalimentar. Esse tipo de produção da agricultura familiar era apontado como de caráter atrasado ou mesmo antieconômico e até negligenciado, uma vez que se considerava como um tema de pequena relevância. No entanto, os estudiosos do campesinato e da agricultura familiar consideram que a produção para uso e consumo próprio de alimentos continua sendo uma das características dessa categoria social (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; IPEA, 2013).

O autoconsumo é definido como a produção que teve o emprego da própria mão de obra familiar e destinada ao consumo da família. É equivocado associar esse tipo de produção como residual, bem como afirmar que são produtos com padrões de qualidade inferiores daqueles ofertados no mercado. O que caracteriza essa produção é o seu valor de uso para os membros da família (GRISA; SCHNEIDER, 2007).

Autores clássicos do tema, como Chayanov (1974) e Wolf (1976), consideram que o autoconsumo é uma dimensão essencial ao campesinato, além de ser uma das principais características dessa categoria social.

Wolf (1976) identificou que a evolução da sociedade e a consolidação das técnicas produtivas modernas de cultivo e de criação, o camponês passa a substituir a produção do mínimo calórico pelos cultivos destinados à venda, objetivando apenas ao lucro, que corresponde aos fundos de manutenção e de subsistência do campesinato.

No entanto, alguns estudos mostram que programas e políticas voltados para a agricultura familiar são base para incentivar o autoconsumo. Gazolla e Schneider (2013) identificaram que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é fundamental para a pequena produção familiar do Estado do Rio Grande do Sul. O programa assume um papel que vai além do fomento da diversificação da produção de culturas agrícolas e de criações da produção familiar, uma vez que essa política, ainda que de forma periférica, tem auxiliado também na produção para a alimentação básica da família.

Portanto, o autoconsumo é o ponto de partida na condução de diversificação de estratégias para garantir a segurança alimentar e a reprodução social da agricultura familiar no campo. A

produção de autoconsumo fortalecida internamente na unidade de produção é um mecanismo de redução de pobreza no campo, além de sustentar a condição de segurança alimentar da família, porém, o enfraquecimento da produção destinada ao autoconsumo desarticula a diversificação das estratégias de vivência do agricultor familiar, uma vez que a renda auferida mediante as atividades desempenhadas fora da unidade de produção será gasta para adquirir mercadorias a preços de mercado, inclusive para o consumo alimentar necessário da família, ou seja, todo o trabalho empenhado será revertido em dependência do mercado (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Portanto, “é o fortalecimento da produção para autoconsumo que leva à diversificação das estratégias de vivência e à segurança alimentar pela diminuição do grau de *vulnerabilidade* em que se dá a reprodução social do grupo doméstico” (*idem*, p. 99).

Em estudo recente, a partir de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), Souza (2017) constatou que, na última década, a produção para o autoconsumo teve uma redução significativa, entre as famílias rurais da Região Norte, principalmente de alimentos que são fundamentais na composição da renda gerada. Possivelmente, as famílias destinam maior parte desses alimentos para a comercialização, em detrimento do autoconsumo, indicando um custo de oportunidade maior para a comercialização.

Nesse sentido, Ellis (2000), *apud* Gazolla e Schneider (2007), alerta que o enfraquecimento do autoconsumo pela preferência e concentração de esforços para a produção comercial e mercantil na unidade doméstica é uma situação perigosa para a reprodução social no campo, uma vez que é sujeito a desencadear problemas relacionados à insegurança alimentar e à pobreza rural. Nesse caso, as estratégias de vivências se direcionam a uma ação involuntária para a captação de diversificação dos ativos e outros tipos de capitais, que, no limite, leva ao abandono das atividades agrícolas com a venda da propriedade da terra.

Junto aos problemas decorrentes da pobreza, em relação às comunidades rurais na Amazônia, a distância e dificuldade de acesso, a baixa participação ou a inexistência de acesso a serviços sociais básicos deixam as comunidades rurais mais vulneráveis (SOUZA, 2008). Nesse contexto, Angelsen, Jagger, Babigumira *et al.* (2014) constataram que a renda ambiental é fundamental para as famílias de baixa renda, embora, nos últimos anos, esse tipo de renda esteja reduzindo-se no tocante à composição das rendas das famílias. Além disso, as famílias pobres no meio rural dependem fortemente de produtos de subsistência, basicamente aqueles relacionados ao extrativismo e também de origem agrícola.

A pobreza e a perda de biodiversidade são dois dos principais desafios do mundo. As reivindicações da contribuição da conservação para o alívio da pobreza, no entanto, continuam controversas. O potencial global de conservação da biodiversidade para apoiar as comunidades pobres é alto: os 25% superiores das áreas prioritárias de conservação podem fornecer 56% a 57% dos benefícios, como os pagamentos por serviços ambientais. Os benefícios agregados são valorizados em três vezes os custos de oportunidade estimados e excedem US \$ 1 por pessoa por dia para 331 milhões das pessoas mais pobres do mundo. (TURNER, BRANDOM, BROOKS *et al.*, 2012).

Nos últimos anos, com os avanços dos estudos no tocante à ruralidade, vários programas e políticas dos governos federal e estadual estão acompanhando essa trajetória e reconhecendo que a produção para o autoconsumo é um elemento fundamental que contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, para a redução da pobreza e para a reprodução social no campo e isso não pode ser um tema negligenciado (IPEA, 2013).

Ainda se conhece pouco a respeito das características e do significado da produção para o autoconsumo na agricultura familiar, além de haver divergências em sua conceituação. Porém, sabe-se que é uma característica intimamente ligada à segurança alimentar e à reprodução social no campo, sendo um tema que carece de estudos mais amplos e profundos para auxiliar no desenvolvimento da pequena produção familiar no campo.

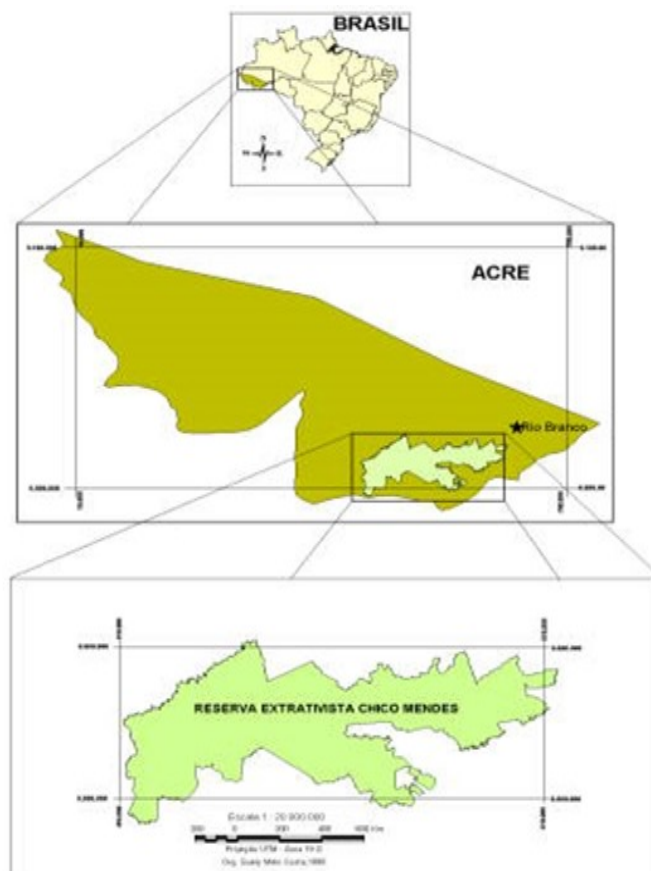
Metodologia

Caracterização do objeto de estudo

O presente estudo foi realizado na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, situada na região sudeste do Estado do Acre, criada em 12 de março de 1990, pelo Decreto N° 99.114. A região abarca cerca de 970.570 ha (hectares), abrangendo os municípios de Rio Branco, Xapuri,

Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Capixaba (BRASIL, 2006). Atualmente, moram cerca de 2.000 famílias no interior da RESEX.

Figura 1: Posicionamento da RESEX Chico Mendes no Brasil e no Acre



Fonte: Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental *apud* Costa (2008:26).

Materiais e métodos

Os levantamentos são realizados mediante amostragem. A amostra foi definida a partir de três etapas:

- Estratificação da área de acordo com nível de desenvolvimento (alto, médio ou baixo), tendo como referência os critérios relativos aos volumes de produção, à facilidade e à qualidade de acesso, à disponibilidade de infraestrutura e à assistência técnica, além do grau de organização comunitária;
- Sorteio de metade dos conglomerados das áreas de estudo – os seringais, no caso de áreas extrativistas, tendo em vista a representatividade dentro de cada estrato definido;
- Por fim, dentro de cada conglomerado sorteado, foi realizada uma amostragem aleatória simples, sorteando-se 10% das unidades de produção, objeto de estudo desta pesquisa, sendo pesquisadas 69 colocações de extrativistas.

Este trabalho tem informações dos resultados obtidos da pesquisa de campo nos períodos de 1996/1997, 2006/2007 e 2014/2015 na RESEX Chico Mendes pelo projeto de pesquisa “Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no estado do Acre” (ASPF⁶), que vem sendo desenvolvido há mais de 20 anos, atualmente capitaneado pelo Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), da Universidade Federal do Acre (UFAC).

No projeto ASPF, foram construídos vários indicadores para a avaliação econômica da produção familiar rural no Acre, que vão desde os tradicionais até os indicadores que somente se aplicam à produção familiar rural. Os principais indicadores econômicos utilizados neste trabalho estão sucintamente descritos a seguir:

⁶ O projeto ASPF desenvolve pesquisas socioeconômicas na área da produção familiar rural na região acreana desde 1996, resultando em diversas publicações sobre o tema. Para mais informações ver: <<http://aspf.wordpress.com/>>.

a) Autoconsumo (AC)

$$AC = \sum_{v=1}^n (Q_{bcv}) \cdot v \cdot pv$$

Sendo:

AC = autoconsumo

(Q_{bcv})v = quantidade do bem de autoconsumo produzido v

pv = preço unitário do bem de autoconsumo produzido v

v = itens de bens de autoconsumo produzidos (v = 1, 2, ..., n)

b) Resultado Bruto (RB)

O resultado bruto é basicamente o valor da produção destinada ao mercado, obtido pela seguinte fórmula:

$$RB = Q_m \cdot P_p$$

Sendo:

RB = renda bruta

$$Q_m = q_v \cdot q_s$$

Q_m = quantidade do produto destinada ao mercado.

q_v = quantidade do produto vendida

q_s = quantidade do produto do exercício em estoque

P_p = preço unitário ao produtor

c) Margem Bruta Familiar (MBF)

Margem bruta familiar (MBF) é o resultado líquido específico e próprio para indicar o valor monetário disponível para a subsistência da família, inclusive uma eventual elevação do nível de vida, se o montante for suficiente.

$$MBF = RB - (CV - C_{ftf})$$

Sendo:

CV = custos variáveis

C_{ftf} = custo real da força de trabalho familiar

Utiliza-se o valor do $MBF/Q_h/d$ para se comparar com o custo de oportunidade, que, neste trabalho, trata-se do valor de uma diária de trabalho paga na região.

$MBF/Q_h/d$ = índice de remuneração da mão de obra familiar;

d = quantidade de dias de trabalho.

d) Nível de Vida (NV)

O Nível de Vida (NV) é a totalidade do valor apropriado pelo produtor familiar, inclusive valores imputados, deduzidas as obrigações financeiras com empréstimos. O nível de vida é calculado por:

$$NV = (MBF + AC + C_{jicc}) - AA$$

Sendo:

AC = Autoconsumo

C_{jicc} = juros imputados ao capital circulante.

AA = amortizações anuais de empréstimos

e) Valor dos Bens de Consumo Comprados no Mercado (VBCC)

O Valor dos Bens de Consumo Comprados no Mercado (VBCC) é um indicador que mede a quantidade em valores em reais comprados pelo agricultor familiar, a fórmula é dada por:

$$V_{bcc} = \sum_{u=1}^n (Q_{bcc})_u \cdot p_u$$

Sendo:

V_{bcc} = valor dos bens e serviços de consumo comprados

Q_{bcc} = quantidade de bens e serviços de consumo comprados

p_u = preço unitário de um bem e/ou serviço de consumo comprado

u = itens de bens e serviços de consumo ($u = 1, 2, \dots, n$).

f) Linha de Dependência do Mercado

Definem-se como linha de dependência do mercado os valores medianos gastos com bens e serviços de consumo no mercado, adicionados das compras relacionadas à reposição do capital fixo (máquinas, equipamentos, ferramentas, benfeitorias etc.) disponível para a manutenção dos meios de produção existentes.

g) Índice de Eficiência Econômica (IEE)

É o indicador de benefício/custo. É definido pela seguinte fórmula:

$$IEE = \frac{RB}{CT}$$

Sendo:

RB = Renda Bruta;

CT = Custos Totais.

- IEE > 1, a situação é de lucro.
- IEE < 1, a situação é de prejuízo.
- IEE = 1, a situação é de equilíbrio.

h) Segurança alimentar

Utiliza-se o indicador da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) como método para avaliar o nível de segurança alimentar e insegurança alimentar na RESEX Chico Mendes. De acordo com o procedimento da PNAD 2004, as famílias que vivem com renda *per capita*/mês abaixo de ¼ salário mínimo⁷ estão em situação de insegurança alimentar.

Embora em algumas instituições internacionais o indicador para medir a extrema pobreza seja US\$ 1 ao dia, no Brasil é usada uma metodologia diferente. Conforme o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, a extrema pobreza no Brasil é utilizada como parâmetro de ¼ salário mínimo, ou seja, o valor de um quarto do salário mínimo de renda *per capita* por mês para dimensionar a extrema pobreza e meio salário mínimo de renda *per capita* por mês para dimensionar a pobreza.

Os dados analisados referentes à segurança alimentar foram coletados por meio de questionários sobre o desempenho econômico das famílias rurais do Estado do Acre, em particular o Nível de Vida (NV), que servirá para calcular o nível de segurança alimentar e de insegurança alimentar.

Tabela 1: Classificação da faixa de renda, valores conforme o salário mínimo

Classe	Faixas de Renda (SM)
A	NV > 4 SM/mês;
B	2 SM/mês < NV < 4 SM/mês;
C	1/2 SM/mês < NV < 2 SM/mês;
D – Pobreza	1/4 SM/mês < NV < 1/2 SM/mês;
E – Extrema Pobreza	NV < 1/4 SM/mês;

Fonte: ASPF (2018).

Resultados e Discussões

⁷ Para este trabalho, considera-se o salário mínimo vigente no ano de 2018, no valor de R\$ 954,00.

Na tabela 2, é apresentada a evolução do resultado econômico mediano das famílias da RESEX Chico Mendes, nos últimos 20 anos. Nota-se a evolução de alguns dos indicadores analisados, como a renda bruta e a margem bruta familiar, com um aumento de 24% e 14%, respectivamente. Porém, verificam-se resultados bastante preocupantes, como o elevado aumento no valor dos bens de consumo comprados no mercado, com uma evolução de 247%, acompanhado por uma queda significativa de 67% nos bens autoconsumidos na RESEX Chico Mendes. Percebe-se, ainda, que houve uma queda de 51% no índice de eficiência econômica e que ele se encontra abaixo de 1, o que evidencia uma situação de prejuízo aos moradores da RESEX, além de um aumento de 143% no termo de intercâmbio, que, no ano agrícola de 2014/2015, atingiu a marca de 0,95, o que revela que 95% da renda dos moradores é destinada para a compra de bens no mercado.

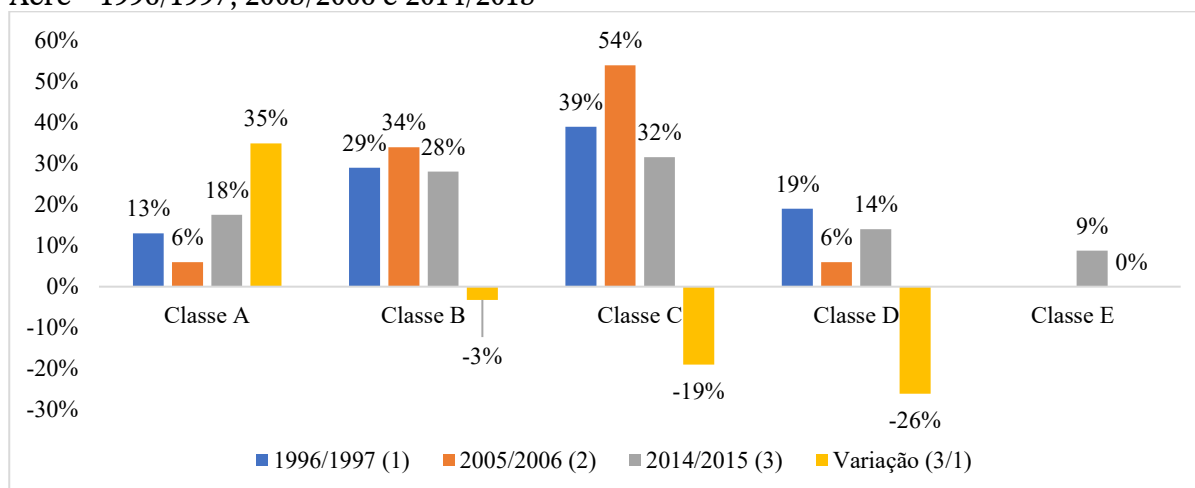
Tabela 2: Evolução dos Indicadores de Desempenho Econômico na RESEX Chico Mendes, Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

Indicadores Econômicos	Unidade	1996/1997 (A)	2005/2006 (B)	2014/2015 (C)	Evolução (%) C/A
RB	R\$/mês	449,25	645,80	555,52	24%
MBF	R\$/mês	402,79	586,77	457,55	14%
VBCC	R\$/mês	206,22	696,78	715,44	247%
AC	R\$/mês	1.276,33	656,91	426,21	-67%
NV	R\$/mês	1.659,15	1.362,03	716,42	-57%
IEE	und.	1,37	0,74	0,67	-51%
TI	und.	0,39	0,63	0,95	143%

Obs.: Valores medianos; RB – Renda Bruta; MBF – Margem Bruta Familiar; VBCC – Bens de Consumo Comprados no Mercado; AC – Autoconsumo; NV – Nível de Vida; IEE – Índice de Eficiência Econômica; TI – Termo de Intercâmbio; Valores atualizados pelo INPC para março de 2018. Fonte: ASPF (2018).

No gráfico 1, tem-se a evolução da distribuição de renda e de pobreza na Resex Chico Mendes. Aqui, dividiu-se a população em classes de acordo com a renda das famílias. Nota-se uma elevação de 35% nas famílias pertencentes à classe A, sendo que, agora, 18% das famílias encontram-se com uma renda *per capita* superior a 4 salários mínimos ao mês. Nas classes B, C e D, observa-se uma queda de 3%, 19% e 26%, respectivamente, no quantitativo das famílias pertencentes a essas classes. Porém, há o surgimento de famílias que se encontram na classe E, ou seja, estão em condições de extrema pobreza, ou seja, estão em situação de insegurança alimentar.

Gráfico 1: Evolução da Distribuição de Renda e a dPobreza, por estrato, na RESEX Chico Mendes, Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

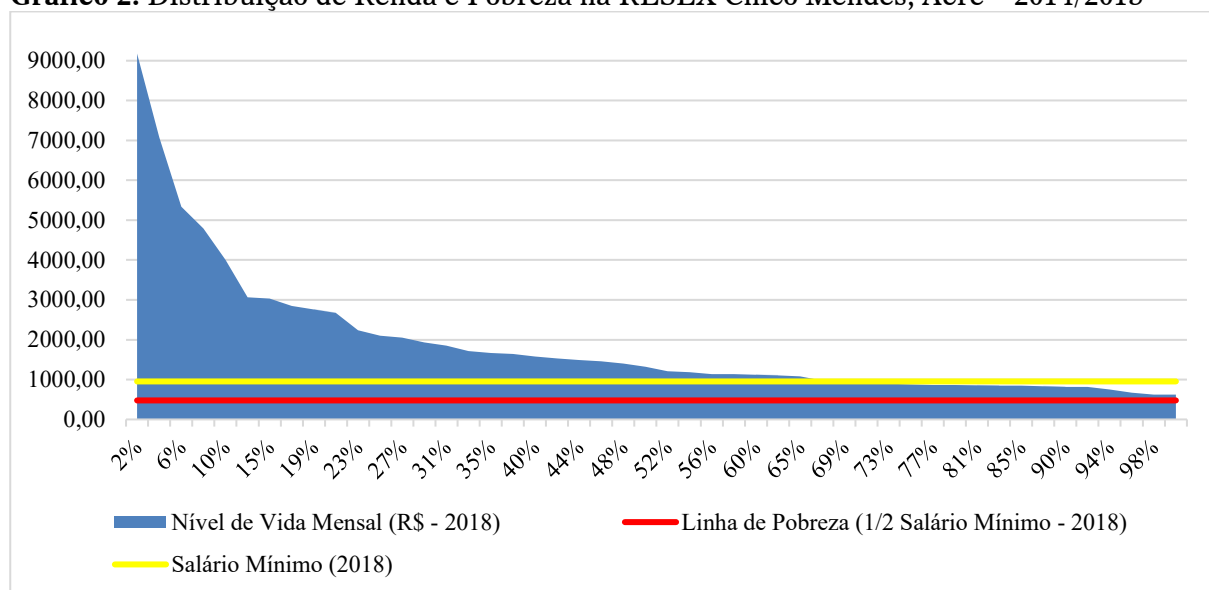


Fonte: ASPF (2018).

No gráfico 2, temos a distribuição de renda na RESEX Chico Mendes no ano agrícola de 2014/2015. O indicador utilizado é o nível de vida (NV) que, em termos monetários, nada mais é do que o valor apropriado pelo produtor familiar. Percebe-se que apenas cerca de 5% das famílias têm um nível de vida superior aos R\$ 2.500,00 mensais. É preocupante notar que cerca de 55% das

famílias têm um nível de vida abaixo do salário mínimo e, ainda, que cerca de 16% das famílias da RESEX Chico Mendes vivem abaixo da linha da pobreza.

Gráfico 2: Distribuição de Renda e Pobreza na RESEX Chico Mendes, Acre – 2014/2015



A tabela 3 apresenta uma estimativa dos gastos realizados pelas famílias da RESEX Chico Mendes no decorrer dos anos agrícolas estudados. Fica evidente um elevado aumento nos valores gastos com os bens comprados no mercado, uma vez que, no ano agrícola de 1996/1997, o valor total gasto era de 1,6 milhão e, no ano agrícola de 2014/2015, chegou a aproximadamente 7,5 milhões. E, além disso, cerca de 50% desse valor é gasto com bens que poderiam ser autoconsumidos pelas famílias da Reserva Extrativista.

Tabela 3: Valor dos bens alimentícios comprados no mercado e sua relação com o autoconsumo na RESEX Chico Mendes, Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

Item	1996/1997		2005/2006		2014/2015	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Vbcc - Alimentos Total	1.661.672,22	100%	5.784.357,29	100%	7.592.938,89	100%
Vbcc - Alimentos para Autoconsumo	652.989,90	39%	3.054.775,60	53%	3.739.810,20	49%
Vbcc - Demais Alimentos	1.008.682,32	61%	2.729.581,70	47%	3.853.128,68	51%

Obs.: Valores atualizados para março de 2018 (INPC/IBGE); Vbcc - Valor dos bens de consumo comprados no mercado.
Fonte: ASPF (2018).

A tabela 4 mostra os principais produtos que são comprados no mercado pelas famílias da RESEX Chico Mendes, mas que poderiam ser autoconsumidos pelas mesmas. Percebe-se um elevado aumento na compra no mercado de bens, como óleo, farinha de mandioca, arroz e manteiga, com uma evolução de 3909%, 161%, 179% e 234%, respectivamente. Por outro lado, ocorreu uma redução na compra de bens como o pó de café, a carne seca, o charque e o feijão, com quedas de 54%, 44%, 67% e 63%, respectivamente.

Tabela 4: Principais produtos comprados no mercado que poderiam ser autoconsumidos pelas famílias da RESEX Chico Mendes, Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

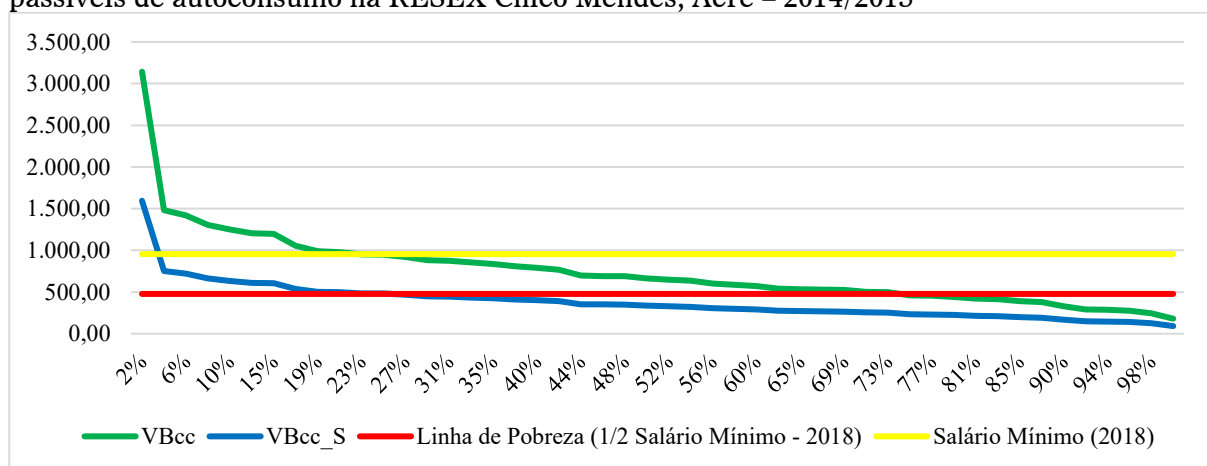
Produto	1996/1997 (A)	2005/2006 (B)	2014/2015 (C)	Evolução (%) C/A
Óleo	0%	43%	19%	3909%
Leite em pó	13%	20%	16%	18%
Pó de café	32%	0%	15%	-54%
Farinha de mandioca	4%	7%	10%	161%
Arroz	3%	5%	8%	179%
carne beef	-	2%	7%	-
Pimenta de cheiro	-	-	7%	-
Manteiga	1%	6%	4%	234%
Carne seca	5%	7%	3%	-44%
Charque	8%	4%	2%	-67%
Sardinha	0%	1%	2%	1012%
Feijão	6%	2%	2%	-63%

Fonte: ASPF (2018).

Caso as famílias parassem de comprar no mercado os bens com potencial para autoconsumo na RESEX Chico Mendes, haveria uma diminuição no valor dos bens comprados no mercado (VBCC) e, conseqüentemente, haveria uma redução nos gastos com alimentação.

O gráfico 3 apresenta uma simulação dos valores dos bens comprados no mercado, deduzindo os bens passíveis de autoconsumo. É perceptível que os valores dos bens comprados no mercado cairiam quase pela metade. E, ainda, cerca de 95% das famílias passariam a gastar menos do que um salário mínimo, comprando bens no mercado.

Gráfico 3: Simulação do Valor dos Bens de consumo comprados no mercado deduzidos dos bens passíveis de autoconsumo na RESEX Chico Mendes, Acre – 2014/2015



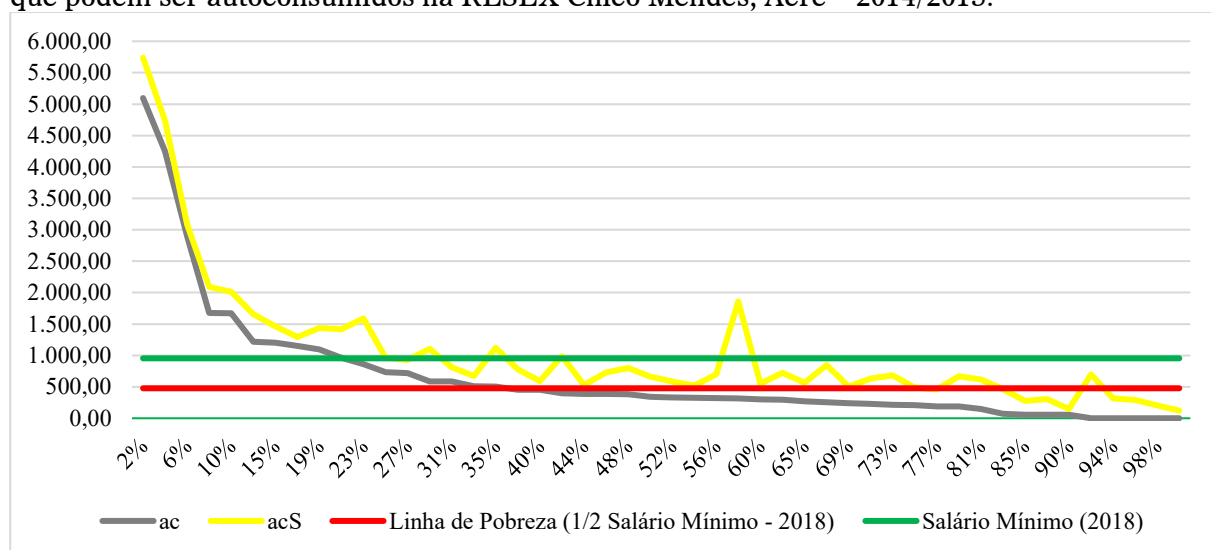
Fonte: ASPF (2018).

O gráfico 4 exibe uma simulação do autoconsumo com o acréscimo dos bens comprados no mercado que poderiam ser produzidos e autoconsumidos pelas famílias, juntamente com o autoconsumo atual. Percebe-se que cerca de 10% das famílias não produz produtos para o autoconsumo e, aproximadamente, 60% das famílias têm uma produção pequena e insuficiente para o autoconsumo, uma vez que o autoconsumo das mesmas encontra-se abaixo da linha da pobreza.

Nota-se ainda que o maior autoconsumo foi de aproximadamente R\$ 5.000,00, todavia esse valor foi apropriado por 2% das famílias. Com a simulação da produção dos alimentos passíveis de autoconsumo, o nível de autoconsumo se eleva, de forma que reduz o VBCC/Alimentos. É válido dizer que o resultado dessa simulação é positivo, uma vez que o autoconsumo da grande maioria das famílias seria superior à linha de pobreza. Assim, torna-se válido dizer que a produção de alimentos

para o autoconsumo é um caminho viável para a melhora da qualidade de vida dos habitantes da RESEX Chico Mendes.

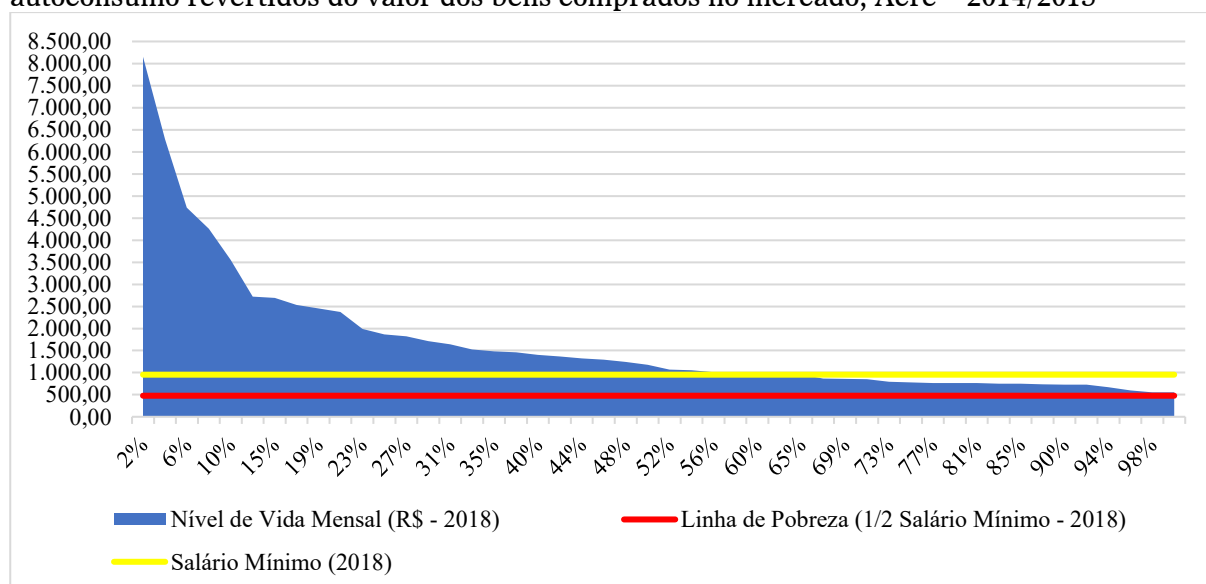
Gráfico 4: Simulação do Valor do Autoconsumo acrescidos do Valor dos bens comprados no mercado que podem ser autoconsumidos na RESEX Chico Mendes, Acre – 2014/2015.



Fonte: ASPF (2018).

O gráfico 5 mostra uma simulação do que ocorreria com o nível das famílias da Reserva Extrativista Chico Mendes, se o autoconsumo fosse incrementado com o VBCC/Alimentos. Fica perceptível que ocorreria uma melhora significativa no nível de vida das famílias. Enquanto o gráfico 2 mostra que mais de 50% das famílias têm um NV abaixo de um salário mínimo e 15% vivem abaixo da linha da pobreza. Nessa simulação, porém, cerca de 70% das famílias passariam a ter nível de vida superior a um salário mínimo mensal e 100% das famílias estariam acima da linha da pobreza, ou seja, estariam em situação de segurança alimentar.

Gráfico 5: Distribuição de Renda e Pobreza na RESEX Chico Mendes simulados com o acréscimo de autoconsumo revertidos do valor dos bens comprados no mercado, Acre – 2014/2015



Fonte: ASPF (2018).

Conclusão

A literatura sobre a agricultura familiar e o papel do autoconsumo na reprodução das famílias demonstram que o enfraquecimento desse tipo de produção levará fatalmente à maior dependência do mercado e, no limite, ao desaparecimento dessa categoria de produtores rurais.

Os resultados mostram que houve um aumento da Renda Bruta (24%) e da Margem Bruta Familiar (14%), que, no entanto, representam pouco mais da metade do salário mínimo mensal vigente. Revelam ainda que, cada vez mais, as rendas das famílias da Reserva Extrativista Chico Mendes estão sendo destinadas para a aquisição de bens no mercado, haja vista que houve uma elevação de 247% do VBCC, acompanhado de uma queda, em termos percentuais, do autoconsumo (-67%) e de uma redução de 57% do nível de vida das famílias.

Houve uma redução das famílias que se encontram nas classes B, C e D. As famílias ainda são, em sua maioria, pertencentes às classes C e B, respectivamente. Embora tenha ocorrido um aumento significativo de 35% nas famílias pertencentes à classe A, ocorreu o surgimento de famílias de classe E, ou seja, famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, ou seja, de insegurança alimentar.

Ainda de acordo com os resultados, percebe-se que mais da metade das famílias assentadas na RESEX Chico Mendes têm um nível de vida inferior a um salário mínimo e, mais preocupante ainda, cerca de 15% dessas famílias estão abaixo da linha da pobreza.

A produção para o autoconsumo é uma alternativa propícia para melhorar as condições de vida das famílias, se se considerar que, além de reduzir a dependência de mercado dessas famílias, a elevação do autoconsumo proporcionaria a todas as famílias da Reserva Extrativista Chico Mendes, um nível de vida superior à linha de pobreza.

Os resultados da pesquisa demonstraram que em torno da metade dos bens de consumos comprados no mercado poderiam ser perfeitamente produzidos para autoconsumo, como bens tradicionais de subsistência das famílias: hortaliças, farinha de mandioca, carnes, arroz, feijão etc.

Assim, o cenário encontrado na Reserva Extrativista Chico Mendes acena para a formulação de políticas públicas específicas e voltadas para o incentivo e o fortalecimento da produção e da renda rural, por meio do acesso às tecnologias e da exploração sustentável dos recursos naturais, de modo que garanta a reprodução social das famílias na floresta.

Referências

ANGELSEN, A.; JAGGER, P.; BABIGUMIRA, R.; et al., 2014. Environmental income and rural livelihoods: a global comparative analysis. *World Development*. 64, S12-S28, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.03.006>>.

ASPF - **Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado Acre**. 2018. (Projeto de Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da UFAC). Disponível em: <<http://aspf.wordpress.com>>.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Plano de Manejo Reserva Extrativista Chico Mendes. Xapuri - AC, 2006. 91 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_chico_mendes.pdf>.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COSTA, Jeísa Acióle da. **Pagamento pelos serviços ambientais na Reserva Extrativista Chico Mendes**. Monografia para obtenção do título bacharel em Economia, Universidade Federal do Acre, UFAC, 2008. 55p.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001

DOMBEK, L, A. **Autoconsumo e Segurança Alimentar Em Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 106. Dissertação. Engenharia Agrícola na área de Concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Estadual De Campinas Faculdade De Engenharia Agrícola, Campinas/Sp.

FAO. **O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um Retrato Multidimensional**. 2014.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER Sergio. A Produção da Autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de

Janeiro (Projeto de Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da UFAC) – RJ, (UFRRJ), v15, p. 89-122, 2007.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, Vol. 51, Nº 1, p. 45-68, Jan/Mar, 2013.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Rural**, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, Abr/Jun, 2008.

GROSS, R.; SCHOENEBERGER, H.; PFEIFER, H.; PREUSS, H.J. **Four dimensions of food and nutrition security: definitions and concepts**. SCN News, 20:22-26, 2000.

GUEDES, A. C.; TORRES, D. A. P.; CAMPOS, S. K. Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. In: BUAINAIN, A. M. *et al.* (Orgs.). **O nono mundo rural do Século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1 ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2014, v. 1, p. 117-146.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, vol. 9, n. 24, Mai./Ago. São Paulo, p. 159-172, 1995.

IPEA. A Produção para Autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. **Relatório de pesquisa**. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Brasília – DF, p. 62, 2013.

LOIOLA, T. O.; MACIEL, R. C. G. **Segurança Alimentar, Produção Rural e Desigualdade de Renda na Amazônia: Um Estudo de Caso no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Bonal – Acre – Brasil**. Faz Ciência, vol. 17, n. 26, jul/dez de 2015 – p. 30-49

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Flávio L. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**. Artigo publicado no Vol. IV / 1996 da Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88. ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista. **Distribuição de terra e renda e consumo alimentar na Amazônia rural: análises a partir da PNAD e POF**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP. p. 127. 2017.

SOUZA, E. F. de. **Os Polos Agroflorestais como Política de Desenvolvimento Rural Sustentável em Rio Branco no Acre: da proposição à realidade**. Viçosa: DED/UFV, 2008. 180p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SMITH, J.; SONES, K.; GRACE, D.; MACMILLAN, S.; TARAWALI, S.; HERRERO, M. **Beyond milk, meat, and eggs: Role of livestock in food and nutrition security**. 2013. International Livestock Research Institute, PO Box 30709, Nairobi 00100, Kenya.

TSCHARNTKE, T.; CLOUGH, Y.; WANGER, T. C.; JACKSON, L.; MOTZKE, I.; PERFECTO, I.; VANDERMEER, J.; WHITBREAD, A. **Global food security, biodiversity conservation and the future of agricultural intensification**. *Biological Conservation* 151 (2012) 53-59.

TURNER, Will R.; BRANDON, Katrina; BROOKS, Thomas M.; GASCON, Claude; GIBBS, Holly K.; LAWRENCE, Keith S.; MITTERMEIER, Russell A.; SELIG, Elizabeth R. Global Biodiversity Conservation and the Alleviation of Poverty, **BioScience**, Volume 62, Issue 1, 1 January 2012, Pages 85–92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1525/bio.2012.62.1.13>>.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio Janeiro: Zahar, 2a. ed., 1976.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.